



FOTO SÉRGIO CARA

Embaixador Celso Amorim

POR CARMEM FEIJÓ, GLAUBER CARVALHO, INGRID SARTI,
MARCOS DANTAS E ROBERTO SATURNINO BRAGA

A entrevista com Celso Amorim, embaixador e ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, ocorreu em março deste ano na sua residência no Rio de Janeiro. Foram quase três horas de conversa comigo, com os professores da UFRJ Ingrid Sarti e Marcos Dantas, e com Glauber Carvalho e o ex-senador Roberto Saturnino Braga, respectivamente, coordenador e diretor-presidente do Centro Celso Furtado.

O embaixador Celso Amorim é o chanceler brasileiro mais longevo no exercício da função, tendo ocupado o cargo em duas ocasiões: de 1993 a 1994, com o presidente Itamar Franco, e de 2003 a 2010, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sob sua gestão mais recente, a realização de uma política externa em prol da autonomia e do desenvolvimento, consubstanciada no lema de uma diplomacia “ativa e altiva”, resultou na projeção de uma imagem positiva do país e na liderança de proposições de mudanças do cenário internacional. Entre as muitas conquistas para a diplomacia de nosso país, o chanceler destaca a criação do IBAS, fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul, iniciativa que antecedeu a formação dos BRICS. Celso Amorim foi também ministro da Defesa, no governo da presidenta Dilma Rousseff, do qual ressalta a criação da Escola Sul-Americana de Defesa, na União de Nações Sul-Americanas – Unasul.

O momento desta entrevista é bastante oportuno, dado o cenário de crise política aguda que prejudica e faz retroceder conquistas e avanços da inserção internacional de nosso país. O depoimento do chanceler Celso Amorim é um alento, pois nos faz lembrar que há relativamente pouco tempo nosso país gozava de uma reputação muito positiva baseada no protagonismo que assumiu em suas relações exteriores.

Carmem Feijó
Editora

CARMEM FEIJÓ: Embaixador, vamos começar pela sua formação e seus primeiros anos na vida profissional e os fatores que o levaram a escolher a carreira diplomática.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM: Minha vida profissional começou com o cinema; eu fui assistente de direção do Ruy Guerra e do Leon Hirszman. No caso do Ruy Guerra no título aparece como continuísta, mas na verdade eu acabei trabalhando como assistente. Eu era muito jovem. Quando terminei o colégio, eu era muito interessado nas filosofias estrangeiras, em particular por Jean-Paul Sartre, então, a minha ideia era seguir o existencialismo, a autenticidade. Quando anunciei para minha mãe – meus pais eram separados e minha mãe era quem me mantinha –, que não faria vestibular, eu não disse “quero ser autêntico”, mas disse que não sabia bem o que queria e ela aceitou. Ela me disse: “Casa, comida e roupa lavada. Nem para a condução, nem para o cigarro”. Achei uma resposta genial e de uma sabedoria fantástica porque ela não me reprimiu, não me negou, mas também não estava ali para isso.

Fiz algumas traduções. Quando eu tinha 18 para 19 anos fiz a primeira tradução e adaptação brasileira do Mágico de Oz, e em seguida fui assistente de direção do Ruy Guerra e do Leon Hirszman no episódio do *Cinco Vezes Favela*. Eu teria continuado no cinema, tinha convites para três ou quatro outros filmes, isso era 1961, 1962. Mas teve um sujeito que tinha sido gerente de produção dos Cafajestes, que era um detetive de polícia, o João Elias, que me ofereceu dirigir um filme. Eu era muito jovem e achei que tinha que dar uma recuada, e para isso precisava de tempo e para ter tempo eu tinha que estudar. Mas não tinha coragem depois de dois anos sem estudar, como um “vagabundo”, chegar para a minha mãe e dizer que tinha resolvido fazer uma faculdade. Eu tinha que fazer uma coisa que já pudesse me manter, e, claro, eu já gostava de política externa, foi a época do San Tiago Dantas, da Política Externa Independente (PEI). Um amigo meu, colega de colégio, passou para o exame do Instituto Rio Branco que naquela época não exigia faculdade, você podia tentar diretamente, como uma academia militar. Foi assim que virei diplomata. Entrei em 1963, no auge da PEI, fazendo planos, pensando em trabalhar com o ministro Araújo Castro. Eu não conhecia ninguém, nenhum diplomata, salvo esse meu amigo que fez o concurso e passou.

ROBERTO SATURNINO BRAGA: Mas em 1963 já era em Brasília?

Já era Brasília, mas o corpo do Itamaraty só mudou em 1970. O gabinete era em Brasília. O meu sonho era ir trabalhar no gabinete do Ministro Araújo Castro em Brasília. Aí veio o golpe em 1964, e passei os cinco ou seis anos seguintes vendo como eu poderia sair do Itamaraty. Tentei fazer cursos no exterior, quando fui para Londres, meu primeiro posto. Meu supervisor foi o Ralph Miliband. Seu livro *O Estado na Sociedade Capitalista* ficou famoso, e depois foi traduzido pela Zahar. Ele era uma pessoa de grande conhecimento. Eu teria precisado de quatro anos, mas por uma circunstância burocrática, fui mudado de posto para a Missão junto à OEA. Em Washington, eu frequentava a Biblioteca do Congresso para tentar terminar minha tese sobre ideologia do desenvolvimento social no Brasil. É impressionante como eles têm tudo. Lá tem desde o número 1 da revista *Novos Rumos do Partido Comunista Brasileiro*. Eu poderia ter feito, mas o trabalho na missão era intenso e a vida foi mudando. Trabalhei no gabinete do Silveira. Apesar de ser governo militar, tinha coisas positivas de política externa. Eu me interessei. E depois fui para a Embrafilme.

Então o começo da minha carreira foi cinema e, em seguida, jovem diplomata, tentando sair do Itamaraty. Não consegui sair. Depois fui para a Embrafilme.

SATURNINO: Nunca mais voltou ao cinema?

Só como presidente da Embrafilme. Tem dois galardões que eu guardo da Embrafilme. Um é uma manchete do Glauber Rocha dizendo que somente a Embrafilme poderia ter produzido um filme como a *Idade da Terra* e que contou com a participação criativa do diretor-geral Celso Amorim. Coisa que não é comum artista elogiar um dirigente estatal, não é brincadeira.

O outro foi quando eu saí da Embrafilme. Samuel Pinheiro Guimarães trabalhava comigo, era o Diretor Administrativo. Mas foi uma decisão minha aprovar que fosse feito o filme *Pra frente Brasil*, que foi o primeiro filme (tinha filmes pequenos) realmente de impacto, com atores globais, Reginaldo Farias, que tratou do problema da tortura. Nesta época, pelo menos oficialmente, já não existia a tortura. O Geisel já tinha feito reformas, mas ainda era um nervo exposto e eu tive que sair da Embrafilme. Recebi o recado: “Ou você pede exoneração, ou a gente demite a bem do serviço público”. Acabei pedindo. Escrevi uma carta reafirmando a liberdade de

expressão, que consta no estatuto da Embrafilme. E aí voltei ao Itamaraty. Fui Ministro Conselheiro na Holanda.

Eu me esqueci de completar os galardões; o outro foi quando eu saí da Embrafilme por causa do filme *Pra frente Brasil* e o Castelinho (Carlos Castelo Branco, jornalista) publicou uma notinha dizendo que a Embrafilme tinha tentado trabalhar para ampliar os espaços de abertura e o diplomata Celso Amorim não foi compreendido. São coisas que eu guardo dessa época.

Agora tive, por exemplo, o apoio do Noam Chomsky para o meu livro em inglês. Acho que é outro galardão que eu vou deixar para os meus filhos.

GLAUBER CARVALHO: Em outras oportunidades, o senhor comentou sobre sua percepção da dificuldade da interação entre cinema e televisão já naquele momento da Embrafilme. Quais foram as questões para a expansão do cinema diante do domínio da televisão?

Sim, já era difícil, e continua sendo, para os filmes brasileiros chegarem à televisão, pois eram muito carregados politicamente e socialmente. Naquele momento a censura era muito grande também. Eu acabei saindo por causa do filme *Pra frente Brasil*, mas não é só isso. Cada filme que era produzido não correspondia ao gosto das pessoas no poder. O filme *Pixote* falava muito de pobreza. O filme *Eles não usam Black Tie* tinha o problema das greves em São Bernardo.

Então, era preciso encontrar um filme que tivesse “categoria”, fosse bem produzido e que ao mesmo tempo não fosse ofender a censura de maneira direta, já que isso a televisão não passaria mesmo. Fizemos uma tentativa com o filme *Gaijin*, da Tizuka Yamasaki. Em uma conversa com uma pessoa da fundação Roberto Marinho, o Magaldi (João Carlos) – não é o Sábato Magaldi, teatrólogo, não – ele disse que faria uma versão do *Gaijin* para a TV. Compraram o filme, pagaram para fazer uma série, apro-

Eu só trabalhei com grandes questões, cinema, política de informática e política externa, sempre remando contra a corrente, seria um possível título da minha autobiografia.

veitando cenas que não aparecem no filme. Pagaram tudo e não passaram. Eles só queriam o “padrão Globo”. Esse problema persiste, e é a questão da grande televisão, onde era impossível entrar. A Embrafilme, ainda assim, chegou a ser a maior distribuidora do Brasil, maior que qualquer americana (não a soma das americanas). Tanto em número de filmes quanto em receita, em faturamento. O que não era pouca coisa.

SATURNINO: O que não é sabido pela maioria das pessoas.

Isso em 1981, o último ano que eu tenho completo da Embrafilme. Era a maior distribuidora. Tenho o registro de 21 prêmios internacionais daquele ano. Os mais variados, como o Leão de Ouro de Veneza, por *Eles não usam Black Tie*; outro que ganhou prêmio no festival de Moscou (O Homem que Virou Suco, do João Batista de Andrade). O *Pixote*, do Babenco, foi prêmio da crítica em Nova York. Ou seja, era uma produção muito diversificada. Eu diria que hoje melhorou para quem produz o audiovisual. Do ponto de vista profissional, do cineasta, melhorou muito. Eu tenho três filhos que fazem cinema. Hoje, temos a Lei do Audiovisual e a possibilidade de passar as produções nos canais a cabo, como fez meu filho Vicente Amorim, por exemplo, com sucesso, com o Romance Policial: *Espinosa*, estrelado pelo Domingos Montagner, que morreu afogado. Foi muito bom, só passa no GNT, mas emprega mão de obra. A Embrafilme acabou tendo essa característica, era uma espécie de caixa de assistência. Até hoje esse tipo de produção ainda atinge pouca gente. Naquela época a gente tinha que lutar ainda contra as distribuidoras estrangeiras, contra os exibidores brasileiros e contra a censura.

SATURNINO: Sobre política externa, que é uma coisa tão fascinante e importante, decisiva para nós brasileiros especialmente, já desde a doutrina Monroe, pelo menos, estamos enquadrados em uma liderança continental que gera alguns conflitos e quando os conflitos são muitos fortes há intervenção, direta ou indireta. Quando os conflitos não chegam a esse ponto, eles arranjam um jeito de nos impor sua vontade. Eu acho que a luta pela política de informática foi um desses momentos de conflito no qual eles conseguiram impor a vontade sem intervenção, embora eu acredite que até haveria intervenção se continuasse a se desdobrar. Queria um pouco do relato da sua experiência nesse particular, na gestão do Renato Archer, quando você foi assessor internacional.

A política de informática – tenho que fazer justiça – começou com o governo militar. Começou com os militares no Conselho de Segurança Nacional.

SATURNINO: O general Joubert Brízida contou isso em ótima entrevista publicada no Cadernos do Desenvolvimento nº 19.

Quando o Renato entrou, ele abraçou completamente. E o Renato, digamos, para mim, proporcionalmente, foi como o Lula depois em outro momento. Ele tinha uma força para defender essas questões, indiscutível. Agora, nós fomos até onde podíamos, porque a pressão era muito forte e, dentro do Brasil, em termos dos ministros, o Renato ficou meio isolado e o Brasil acabou cedendo. Os americanos não chegaram a praticar violência, nem chegaram a retaliar propriamente, mas eles fizeram uma coisa que em comércio é suficiente. Eles publicaram uma lista dos produtos que eles retaliariam. Então, você imagina a pressão dos industriais brasileiros de aço, suco de laranja. Então, a pressão em cima do próprio Sarney foi irresistível. Eu só trabalhei com grandes questões, cinema, política de informática e política externa, sempre remando contra a corrente, seria um possível título da minha autobiografia. (risos)

Depois da Embrafilme, me mandaram para uma espécie de doce exílio, que foi a embaixada em Haia. Fui como número dois da embaixada, como Ministro Conselheiro. O ministro Guerreiro disse que não me mandariam para nada com muita projeção. Eu ficaria por lá descansando.

Bom, eu fui para Haia e fiquei dois anos e meio; depois desse período, quando meu pai fez 80 anos, eu vim ao Brasil para visitá-lo. Tive que forçar para vir, pois não podia sair de lá, mas não tinha nada a ver com política, era administrativo. Vim e fui assistir a um evento. Vejam que curiosa a vida, pois quando eu era presidente da Embrafilme, claro, me dava bem com muitas pessoas, incluindo o Marcílio Marques Moreira, que foi diplomata, a mulher tinha feito vestibular de filosofia junto comigo, eu cheguei a fazer naquela tentativa de sair do Itamaraty no começo, que não deu certo. Eu tinha muito boa relação com o Marcílio, e era uma das pessoas que eu conhecia no Rio. A mulher dele me disse que não daria para ver o Marcílio, que estava viajando, mas ele daria no dia seguinte uma palestra sobre San Tiago Dantas no instituto Helio Jaguaribe. Eu imaginei que fosse uma palestra acadêmica e fui só com blazer, sem gravata, mas na verdade era uma sessão solene e uma homenagem aos vinte anos da morte do San Tiago Dantas. Fala-

ram várias pessoas, o próprio Helio Jaguaribe; alguém falou pelo lado jurídico, Antônio Gallotti, que tinha sido colega dele, o Marcílio e o Renato Archer, que eu não conhecia. Para não dizer que não havia nenhum diplomata, isso porque era pelos vinte anos da morte de San Tiago Dantas, provavelmente nosso maior chanceler, tinha um aposentado, que era o Antônio Castelo Branco. E mais ninguém. E eu me apresentei dizendo que estava como representante informal do Itamaraty (isso era 1984). É incrível que não houvesse pelo menos um chefe de representação, de cerimonial. Eu conversei com Renato, dois minutos na porta. Falei do San Tiago, da minha admiração das políticas dele, pois o Renato foi subsecretário parlamentar do San Tiago Dantas, nas relações exteriores. Dois dias depois eu estava indo para São Paulo para finalmente visitar meu pai e o Renato estava no mesmo avião, Electra, e eu fiquei conversando com ele. Tinha um rapaz no meio que perguntou se eu não queria trocar de lugar para conversarmos melhor. Depois disso, criei uma relação com ele e fui convidado para trabalhar no Ministério da Ciência e Tecnologia. O que teve uma influência muito grande na minha vida. Tive contato com muitas pessoas, Ulysses Guimarães, o que me aproximou mais da política propriamente dita.

GLAUBER: Sua carreira depois contempla a diretoria-geral para Assuntos Culturais no Ministério das Relações Exteriores, a Embaixada de Genebra, depois o senhor foi ministro das relações exteriores do presidente Itamar Franco. Isso tudo englobou um grande período no qual contamos com sua representação no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), com participações decisivas do Brasil dando ênfase ao multilateralismo, como na Rodada Uruguai, para depois ter a criação da Organização Mundial do Comércio, com impacto para o comércio internacional, assim como as negociações do Mercosul para a nossa região. Como o senhor vê esse período e essas questões?

Os meus períodos fora do Itamaraty não foram férias da política externa. Veja, a Embrafilme não estava fora dos antagonismos internacionais. Até hoje não sei se eu saí mesmo por causa do filme *Pra frente Brasil* ou se já estava na cabeça de alguém, porque após a minha saída, ela deu uma amansada, e depois o presidente Collor extinguiu a Embrafilme. Não é uma coisa que estivesse fora do contexto. E no Ministério de Ciência e Tecnologia, eu tive que tratar da política nacional de informática

e também das questões de patente, que eram relações conflitivas com os EUA e com outras potências. Eu era diretor de assuntos econômicos quando o acordo do Mercosul foi assinado; eu chefeiei o lado brasileiro na negociação. Claro que os presidentes e os ministros é que assinaram.

O GATT é um caso longo, mas posso dizer que o acordo que resultou da Rodada Uruguai é em muitos pontos muito negativo para os países em desenvolvimento em geral, mas eu achei que o Brasil não podia ficar de fora, tanto que depois a China e a Rússia entraram. Tínhamos que fazer o melhor possível em circunstâncias muito ruins, porque predominava o Consenso de Washington no mundo e no Brasil era o governo Collor, com uma visão neoliberal. A gente fazia das tripas coração para tentar obter o máximo. Com muito custo, naquele momento nós conseguimos garantir algumas ambiguidades, no acordo sobre propriedade intelectual (TRIPS). Em uma situação política mais favorável, no começo dos anos 2000, nós transformamos essas ambiguidades em flexibilidades (no que toca aos aspectos relativos à Saúde). A Declaração de Doha sobre o acordo TRIPS e Saúde Pública a respeito é importante e é sempre citada, inclusive no documento sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

GLAUBER: Na ONU, o Kofi Annan destacou-se muito pelos estudos para a reforma do sistema da organização. O senhor sempre enfatizou a importância do multilateralismo e da participação brasileira como membro permanente do Conselho de Segurança.

Porque o multilateralismo? Porque é a regra, é a lei. Lembrando que não podemos confundir multilateralismo com multipolaridade. É melhor você viver com a norma do que não a ter. Eu me lembro de quando eu era jovem, reclamávamos que vivíamos em uma democracia burguesa, que não valia nada... aí depois veio o golpe e ficamos com saudade da democracia burguesa. As leis eram feitas pela classe dominante, mas eram leis, você sabia onde pisava. Eu fui duas vezes embaixador em Genebra. Na segunda vez, quando eu voltei, o Brasil estava perdendo o caso contra os canadenses no caso Bombardier-Embraer. Eu costumo dizer que quando eu cheguei lá estava 3x0 para o Canadá, e chegou no 4x4, então não foi de todo ruim para o Brasil. Não foi mérito meu não, foi o Ronaldo Azevedo que é hoje o Diretor-Geral da OMC, que trabalhava muito neste tema. Mas o Fernando Gasparian, de quem

eu era amigo, me ligou dizendo que estava fazendo um movimento para o Brasil sair da OMC. Eu disse que, infelizmente, ele não poderia contar comigo. Nem era por causa do meu emprego, mas se estávamos mal com a OMC, seria muito pior sem ela. Eu tinha vivido as ameaças de sanções unilaterais na época do Ministério da Ciência e Tecnologia e não tinha onde me amparar. Era a vontade americana e estava acabado. Eles não foram mais longe porque também não quiseram criar caso demais com o Brasil. Mas fizeram pressões, tanto que a lei de patentes brasileira, que tem algumas coisas positivas, em outros aspectos ela é pior que o acordo de TRIPS da OMC. Coisas que hoje até estão superadas, como a pipeline. Então, sem o multilateralismo - eu estou falando da parte econômica - o que nós pudemos obter na OMC (ou impedir que outros obtivessem) na ALCA, por exemplo, seria impossível. Acho até engraçado quando a imprensa brasileira diz que fizemos a opção ideológica pela OMC e pelo multilateralismo. A OMC, no fundo, é uma invenção americana originalmente no GATT, claro, apoiada nas ideias do Keynes. Era para ser sobre “comércio e emprego”, mas tiraram o emprego e deixaram o comércio. Fez parte de toda a arquitetura do Pós-Segunda Guerra Mundial. Alguém chamar a OMC de opção ideológica é ridículo. Mas, por que o multilateralismo? Porque ele nos dá alguma garantia. Não é absoluta, obviamente que os mais fortes sempre serão mais fortes, mas essa capacidade de pressão dos fortes fica um pouco moderada, tanto que nós ganhamos casos importantes, como o açúcar, o algodão, o próprio caso da Embraer não foi mal para nós no fim das contas. Ela está aí, manteve sua posição, como a terceira maior produtora de aviões civis. Agora, tem coisas ruins, um acordo muito negativo foi daquela época (e fomos até onde podíamos) foi o TRIMs, sobre medidas de investimentos relacionadas ao comércio. Esse é o acordo que está nos pegando

Porque o multilateralismo?
 Porque é a regra, é a lei.
 Lembrando que não podemos confundir multilateralismo com multipolaridade.
 É melhor você viver com a norma do que não a ter.

agora nessas questões de apoio ao setor automobilístico. O multilateralismo é importante também na área de paz e segurança, da ONU. E fui embaixador lá também. Não impedimos que os EUA invadissem o Iraque, mas adiamos, conseguimos evitar, talvez, o pior, em certo momento. Por isso, a gente quer reformar o conselho de segurança, mudar a composição. Eu tive uma experiência muito importante na ONU quando presidi o Conselho de Segurança, talvez tenha sido a coisa mais importante que eu fiz na ONU, mais até do que a campanha pela reforma. Eu presidi três painéis, três comissões sobre o Iraque. Isso é uma coisa que não posso dizer “nunca antes na história”, mas de fato eu não sei de nenhum outro caso no Conselho de Segurança da ONU em que se tenham destacado temas da agenda e entregue sua condução a uma pessoa. O Conselho de Segurança não conseguia nem trabalhar, porque o assunto estava muito envenenado logo depois de um bombardeio ao Iraque pelos EUA e Reino Unido, sem autorização da ONU, em dezembro de 1998. Então em 1999 o Brasil presidiu o Conselho. Eu, como presidente, propus a criação dessas comissões. O objetivo não era só resolver o problema do Iraque, era tirar um pouco o Iraque dali para poder tratar de outras coisas; de Angola, da Etiópia, tratar de outras coisas que estavam acontecendo. Mas também, claro, procurar uma solução, e eu, quando já não era Presidente do Conselho, coordenei estes três painéis. Eu acho que foi um caso muito interessante. No livro do Hans Blix, que foi o último inspetor da ONU antes da decisão norte-americana de atacar o Iraque em 2003, ele cita os painéis como um exemplo de busca de uma solução pacífica. É claro, não se consegue fazer tudo. O Conselho de Segurança é um órgão de fato poderoso. Quando os EUA querem, eles fazem de um jeito ou de outro, e não só eles. Eu estava lendo um livro do Noam Chomsky, em que ele relembra a questão da antiga Iugoslávia. É curioso, porque, nessa questão, a Sérvia foi demonizada. Não que o Milosevic fosse uma maravilha, mas de alguma maneira todos ali fizeram grandes barbaridades. A Sérvia talvez tenha feito mais porque era a mais forte. Mas o que eu quero dizer é o seguinte: nunca houve uma autorização da ONU para os bombardeios na Sérvia, em relação ao Kosovo. Isso foi feito por meio da OTAN, sem autorização da ONU e contra um artigo da própria OTAN, que diz que se necessita, para o uso da força, da aprovação da ONU. O que se viu foi o emprego unilateral da força sob o pretexto de salvar a população em uma questão humanitária, si-

tuação essa que em boa parte foi criada por eles próprios, quando eles forçaram a Sérvia a agir em determinada direção.

Bem ou mal na ONU você tenta modular as decisões. E me lembro, antes desse episódio, de como nós conseguimos evitar durante algum tempo o uso da força. Foi em uma das resoluções sobre a antiga Iugoslávia. Para justamente não deixar margem e houvesse uma intervenção sem autorização do Conselho, o Brasil propôs colocar ao final “de acordo com os princípios e propósitos da Carta”. Vejam que frase mais do que óbvia; é a mesma coisa que você dizer no Senado “de acordo com a Constituição brasileira”. Bom, levou umas oito ou dez horas para conseguirmos isso, depois de muita consulta da delegação norte-americana ao departamento legal dos EUA. Eles são muito legalistas. Curioso porque eles têm um lado legalista não por causa do Direito Internacional, mas por causa dos processos internos que o governo pode sofrer. Depois de dez horas nós conseguimos colocar a frase.

Outra passagem. Eu tinha conseguido tirar dez dias de férias e fui com minha mulher para um cruzeiro na Grécia e no meio do cruzeiro recebo dois telefonemas, primeiro alguém da embaixada dizendo que eu ia receber uma chamada do Conselho de Segurança. Em seguida, ligou o embaixador do Japão, acho que era presidente do Conselho. Ele disse que precisava de uma pessoa para presidir o Comitê de Sanções da ex-Iugoslávia. Eu disse que estava de férias, que eram quinze os membros do Conselho e perguntei se ele não poderia arrumar outro. Ele disse que não, pois o meu era o único nome que era aceito tanto pelos russos quanto pelos americanos. Não era por minha causa, era o Brasil. Então você vê o prestígio que nós temos e o San Tiago Dantas intuía isso. Se você pega um dos discursos dele, inclusive na própria Câmara, ele dizia que o Brasil, sendo um país grande por sua dimensão e peso, não poderia ficar só defendendo nossos interesses. Claro que os defenderíamos, mas teríamos que contribuir também para resolver os grandes problemas internacionais. E a gente tem potencial para isso. Só que, internamente, estou falando da década de 1990, o discurso era sempre de que o Brasil não poderia se meter muito. Mesmo quando eu fui presidente dos três comitês sobre o Iraque, a notícia não foi recebida com entusiasmo em Brasília. Diziam para eu ir com cuidado, não sei se era medo político de dar confusão, ou se era o complexo de vira-lata, ou a combinação das duas coisas.

MARCOS DANTAS: A polêmica internacional relativa à internet, autonomia internacional, a internacionalização da internet... o mesmo fenômeno acontece, o Brasil é o país que tem a confiança dos vários atores que desconfiam todos de todos, como Estados Unidos, Rússia, Cuba, França. O Brasil é em quem eles confiam em vários fóruns.

Aí entra o chamado *soft power*, mas mesmo para você ter o *soft power* é preciso ter um pouco do *hard power*; para ter o poder brando tem que ter o poder duro. Digamos que foi essa a nossa tentativa de fortalecer os grandes projetos na área da defesa, até para dar aos militares a missão que de fato é deles, defender o país.

GLAUBER: E a proposta de mudança da ONU chega até seu ministério e a aliança do G4 é um tema forte.

Sim, teria muito orgulho se tivesse inventado o tema, mas não fui eu quem criou. Ela foi lançada pela primeira vez no governo Sarney, em um discurso do Sarney na ONU. Claro, ela foi considerada em 1945, com o presidente Roosevelt que pensou em incluir o Brasil, mas curiosamente na época houve uma oposição da União Soviética e do Reino Unido. A URSS porque achava que seríamos caudatários dos americanos e o Reino Unido achava que isso enfraquecia a Europa e eles queriam mais membros europeus. Eles queriam que a França entrasse. E os EUA no final tiveram, talvez, que optar entre o Brasil e a China. Claro, não ficou colocado assim na negociação, mas na prática, e preferiram a China porque era a China do Chiang Kai-Shek, e devem ter se arrependido profundamente.

SATURNINO: Na verdade o Brasil foi o único país independente que lutou na guerra, porque Canadá e Índia eram do império britânico, acho que não teve outro.

Foi o único latino-americano que mandou tropas. A África era toda colônia e a Ásia também, então sim, foi o único país em desenvolvimento.

SATURNINO: Deveria ter o assento.

E também pela nossa dimensão. E o Roosevelt achava isso e queria que o Brasil fosse. Infelizmente, ele morreu. Como tinha essa barganha, porque eles queriam muito a China, contra o Japão, e como disse, era a China do Chiang Kai-Shek que era muito ligado a eles. Em tempos mais recentes essa ideia foi relançada na época do governo

Sarney na última Assembleia Geral daquele período. Eu tenho quase certeza de que quem deu a ideia para o Sarney foi o Paulo Nogueira Batista, nosso embaixador da ONU, homem de grande valor, extraordinário internacionalista. Depois, na época do Itamar, quando eu era Chanceler, nós tratamos muito do assunto e tínhamos um bom embaixador na ONU que era o Ronaldo Sardenberg. Quando eu fui embaixador lá, durante um período do governo Fernando Henrique, a reforma era o grande tema. Em um certo momento, os EUA se interessaram pela reforma, não para colocar o Brasil ou a Índia, mas eles queriam alguém que apoiasse no financiamento das operações. Depois da primeira guerra do Golfo eles não queriam arcar sozinhos com as despesas de ser a polícia do mundo. Eles queriam ser a polícia e decidir onde seriam as ações, mas queriam que outros entrassem para pagar, como a Alemanha e o Japão. Na realidade, havia uma estranheza com relação ao Brasil e à Índia. Hoje em dia é impensável fazer uma reforma do Conselho, se é que vai algum dia acontecer, só com Alemanha e Japão. Se fizerem, terão países em desenvolvimento. Então, eu me peguei muito nisso, era assunto central, sempre acreditei muito que o Brasil tinha que ter um papel importante. Já, ao contrário do que a imprensa diz, não resolvemos ir para o Haiti para ter uma vaga no Conselho, mas tudo era interpretado assim. Eu acho que esse movimento de apoio era natural. A mídia é muito interessante, pois agora está criticando o fato de o Brasil estar fora do Conselho. Vai ficar de fora por muitos anos.

Dentro da OMC, é tudo meio informal. Claro, formalmente, no voto, todos são iguais, mas na prática se você projetar imaginariamente que existe um Conselho de Segurança lá, o Brasil é “membro permanente”. O Brasil foi muito atuante, sobretudo durante a Rodada de Doha. Essa foi, talvez, uma das grandes mudanças do processo de negociação. Antes havia na OMC ou no GATT o que se chamava de QUAD: EUA, União Europeia, Canadá e Japão. E tudo era decidido entre eles, antes de ser levado para o plenário mais amplo. Na Rodada de Doha, sobretudo a partir de Cancun, em 2003, no lugar do QUAD, passa a existir o G4: EUA, União Europeia, Brasil e Índia (dois países em desenvolvimento no lugar de dois países desenvolvidos). Tudo isso tem a ver muito com a ação diplomática do Brasil, as posições que defendeu com altivez. Ao contrário do que se pensa, os países grandes respeitam. No meu livro eu conto com mais detalhes, mas há episódios da diplomacia brasileira com os quais eu não poderia sonhar. Tem um episódio que o Lula conta muito, às vezes de maneira floreada: “o Colin Powell não fazia nada na América Latina sem ligar para o Celso”. Nós criamos

Tudo isso tem a ver muito com a ação diplomática do Brasil, as posições que defendeu com altivez. Ao contrário do que se pensa, os países grandes respeitam.

o grupo de amigos da Venezuela. Isso foi uma coisa absolutamente fundamental para manter a paz por algum tempo pelo menos. Nós tínhamos convencido o Chávez de que deveria fazer o referendo revocatório e ele aceitou que tivesse observação internacional da OEA. Foi difícil fazer o Chávez engolir o grupo de amigos. O Fidel Castro no início ficou contra, e tinha muita influência. Para o Brasil, não poderia ser um grupo de amigos do Chávez, tinha que ser um grupo de amigos da Venezuela; tinha que ter quem falasse com as forças de oposição. Às vésperas do referendo se realizar, com todas as

características que teve de diálogo constante, por coincidência eu estava nos EUA com o Lula em reuniões na ONU, e li que o Roger Noriega, um subsecretário americano, ia falar no Senado. Naquele dia, o Colin Powell já tinha me ligado por outra razão e eu falei com ele que estava muito preocupado com a visita do Noriega no Senado. Ele no início não entendeu e me disse que não podia controlar os senadores. Eu disse que estava muito preocupado com o que o Noriega iria falar, porque se ele dissesse algo enviesado, depois viria o Chávez dizer o dobro e ficaríamos em uma escalada. Aí o Colin disse que mandaria o discurso que o Noriega faria. Isso é uma coisa importante. Ele perguntou para quem mandar e eu disse para ele enviar para o Luiz Filipe de Macedo Soares, que era o chefe da área da América do Sul e América Latina no Itamaraty. Eles mandaram o texto pela embaixada americana, para o ministro Luiz Filipe dar o *placet* do Brasil a um discurso que um funcionário americano ia fazer no Senado americano! Isso não acontece com frequência, não. Na diplomacia não é uma coisa corrente.

Outro exemplo, na OMC, em uma das vezes que estive em Genebra, houve uma disputa entre os europeus e os norte-americanos para saber quem ia ficar conversando mais tempo conosco. Eu pensava, “o que que é isso?!”. Outro episódio que se passou com o Roberto Azevedo, que era diretor da área econômica. Viria ao Rio de Janeiro um grupo de congressistas japoneses, eles queriam ver se o governo estava

agindo direito, lá o ministro não dura mais do que dois, três anos. Foram falar com o Roberto, não sei se eu os recebi nesse dia. Mas o Roberto Azevedo me contou assim. Eles queriam esclarecer uma coisa que não entendiam. Vou falar em inglês que fica melhor: *“In world trade Brazil small, Japan big. In WTO Brazil big, Japan small. How come?”*. Era nosso poder de arregimentação. Quando foi decidido, em 2005, só implementada agora, a eliminação dos subsídios à exportação com data certa, juntamos um grupo de mais de cem países em torno do Brasil, que iam das Ilhas Maurício até a Índia, com interesses mais variados, conseguindo desmentir o que a Europa dizia sempre, que o interesse do Brasil e da Índia era um e dos países pequenos era outro. Não. Juntamos todo mundo, porque a gente também sabia que cada país tem que sacrificar alguma coisa para poder ter alianças políticas. Não se pode querer tudo. O Brasil tinha uma presença no mundo extraordinária. No grupo G4 que tratava da reforma do Conselho de Segu-

rança, Alemanha, Japão, Brasil e Índia, nós tivemos uma reunião muito importante em um momento que poderia ter saído alguma solução, em 2004 ou 2005, uma reunião em Londres, na Lancaster House, com os africanos. Que era indispensável, pois se tivéssemos conseguido o apoio dos africanos a resolução teria passa-

do naquela época. Mas não conseguimos porque não só os americanos, mas, vamos falar a verdade, os nossos amigos chineses trabalharam muito contra a reforma. Vários africanos também por outros motivos tinham dificuldade, como o Egito, por exemplo. Quem coordenava as atividades do G4, que era rotativo, nessa época era o ministro alemão, Joschka Fischer, do Partido Verde. E ele sempre pedia para eu falar com os africanos, pois nossa interlocução era mais fácil. Isso para dizer que o Brasil tinha uma capacidade de mobilização internacional que os outros não tinham. Só o Lula era amigo do Chávez e do Bush. Só ele podia chegar e falar companheiro Chávez e bater a mão na perna do Bush.

Na OMC, em uma das vezes que estive em Genebra, houve uma disputa entre os europeus e os norte-americanos para saber quem ia ficar conversando mais tempo conosco.

MARCOS: Existe a tese de que há uma trajetória no Itamaraty que afirma um projeto de política autonomista no campo internacional. Que poderia vir do San Tiago Dantas, com a participação, por exemplo, de Ítalo Zappa, que foi um diplomata que abriu as fronteiras com a África. Daria para situar uma trajetória disso até chegar ao governo Lula?

Tivemos também o Ovídio Melo com Angola. A minha geração no Itamaraty, apesar do golpe militar em seguida, a maior parte das pessoas que entraram quando eu entrei ou um pouco antes pegou um momento de grande projeção do Brasil com a PEI, o período democrático, o próprio Juscelino, a cultura brasileira. E muita gente teve uma postura positiva. Eu poderia citar vários nomes, talvez não tenham tido a ressonância do Ítalo Zappa ou do Ovídio Melo, mas que também guardavam essa tradição. Acho que o próprio governo Geisel, com o Silveira, encarnou muito isso, com algumas exceções. As relações com Cuba não foram reatadas, mas houve o reconhecimento do MPLA em Angola, quando o Brasil foi o primeiro país a reconhecer e foi algo muito inesperado. Um ponto fora da curva mesmo para os americanos. Aqui existia um governo militar que eles apoiaram, que supostamente estava do lado deles na Guerra Fria, mas que reconheceu o governo “marxista” em Angola. Foi um gesto de grande coragem e de visão. Eu não tenho todos os detalhes, eu sei que o papel do Ovídio Melo como representante em Luanda foi fundamental; o Zappa era o chefe de departamento da África, e por aí vai. Até que ponto Geisel tinha uma visão estratégica e sabia que Angola tinha petróleo (e isso teria sido importante), eu não sei. Existe sim, de fato, essa tradição autonomista. Mesmo assim alguns aderiram, como ocorreu no golpe e no AI-5. Houve muitas coisas deploráveis dentro do Itamaraty que eu prefiro não entrar. Mas tirando as situações extremas, na verdade o Itamaraty tem sim uma visão de Estado. Ele é também “plasmável”. A diplomacia, o corpo dos diplomatas é um pouco como um violino, se você toca, ele funciona bem, mas se você não toca ele começa a desafinar. Quando exageram demais para um lado, o corpo do Itamaraty faz resistência, mas ele tem uma tendência geral a não quebrar lanças ou pedir demissão em massa. São funcionários e aquilo é profissão deles. O que acontece em algumas situações é que os melhores se encolhem, cumprindo funções secundárias para se proteger.

INGRID SARTI: Há uma preocupação, particularmente na academia, de se definir a política externa como efetivamente uma política de Estado ou de se indicar o quan-

to ela é muito sensível às questões de governo. Dentro de sua fundamental elaboração de uma proposta inovadora para a política externa como “ativa e altiva”, como o senhor situa essa questão?

Há uma política de Estado sim, partindo de que é necessário preservar aqueles princípios básicos que estão na Constituição: a autodeterminação dos povos, a não intervenção, o apoio aos direitos humanos, democracia, enfim, a integração latino-americana, solução pacífica de controvérsias. Isto está na Constituição. Isso faz parte da política de Estado do Brasil. A política externa, por sua vez, é uma política como outras políticas. É como você tem em qualquer país do mundo, comparando agora o Trump com o Obama. Eles não seguem a mesma política. Claro que eu suponho que nenhum dos dois vai querer, digamos, chamar um invasor estrangeiro para tomar conta diretamente dos EUA. Mas cada governo terá a sua política, como tem as políticas econômica, social, tem sua política externa. Essa diferença é importante. O que nós tentamos fazer foi, dentro dos princípios gerais, dar ênfase a certas questões que estavam ligadas. Por exemplo, a afirmação da independência nacional, item fundamental. Como você faz isso no mundo de hoje? Isso depende da análise que você tem do mundo. Se você acha que o melhor para você, como achavam os militares logo depois de 1964 de maneira óbvia, como Roberto Campos e outros, e como acho que creem alguns do que estão no governo agora, que a melhor maneira de você manter a independência é ser subordinado a outro país grande e ser independente somente em relação aos pequenininhos, então você segue esse caminho. Foi o que tentou o Castello Branco, com o Roberto Campos. Na nossa época, nós achamos que para você ser independente em um mundo no qual você não pode ser autárquico, absolutamente não pode ficar sozinho, você

Na nossa época, nós achamos que para você ser independente em um mundo no qual você não pode ser autárquico, absolutamente não pode ficar sozinho, você tem que jogar com vários atores, com várias forças, procurar equilibrá-las.

tem que jogar com vários atores, com várias forças, procurar equilibrá-las. Por isso, se eu fosse designar um conceito que esteve muito presente em toda a política e que ajuda a explicar (veja, bem entendido, não é a única explicação) obviamente, desde a integração sul-americana até os BRICS, é a visão da multipolaridade. Não fomos nós que inventamos a multipolaridade, mas se você trabalhar por um mundo mais multipolar, você tem mais chance, como um país grande, de ter uma política externa mais independente e você será capaz de defender seus interesses e ao mesmo tempo ser solidário com os países em desenvolvimento mais próximos.

MARCOS: Porque é tão difícil para a sociedade brasileira aceitar essa ideia da multipolaridade, os parâmetros da política ativa e altiva?

Sociedade brasileira é um conceito meio vago. Se você for procurar os editoriais dos grandes jornais brasileiros, obviamente ela nunca vai entender nem querará entender. Se você falar o povo... não sei se o povo todo. Mas eu acho que é surpreendente. Para mim era. Eu nunca fui político, nunca fui eleito. Eu tive sempre um único voto, o do presidente que me escolheu. Primeiro foi o Itamar. Eu fui ministro dele com muita honra, um homem de bem, correto. E depois o Lula, nas relações exteriores, e a Dil-

ma, na defesa. Eu fico surpreso em ver como a política externa é reconhecida. Em várias situações que eu vivi, em porta de sindicato, quando eu fui com o Lula em campanha de reeleição. Em lugar de gente humilde que me reconhece. De alguma coisa eles gostaram, podem não conhecer os detalhes. Eu acho que o povo brasileiro, falando de modo geral, não necessariamente a elite, gosta de ver o Brasil, como o Chico Buarque resumiu bem, tendo a capacidade de dizer não para os fortes e ao mesmo tempo ser so-

Se eu fosse designar um conceito que esteve muito presente em toda a política e que ajuda a explicar (veja, bem entendido, não é a única explicação), obviamente, desde a integração sul-americana até os BRICS, é a visão da multipolaridade.

lidário com os que dependem ou são mais fracos que nós. Já as elites não têm interesse. Eu sempre digo que eu nunca posso ser candidato a nada, pois digo essas coisas com a maior franqueza. Eu pensava nisso em 2006 quando o Lula foi reeleito e fez o comício da vitória na Av. Paulista. Eu nunca falava em comício, era sempre figuração. Acho que o Lula queria esquentar a plateia e eu acabei sendo o primeiro a falar. Quando eu percebi aquele sentimento, eu pensei, por que será que a mídia brasileira é mais reacionária que a maior parte da elite brasileira, não digo toda, mas grande parte? E pensei, tendo sido discípulo de Ralph Miliband, que elas fazem a mediação da dependência e garantem a hegemonia. Hoje em dia você não pode garantir a hegemonia baixando os Marines no Brasil. Não é cogitável uma coisa dessas, então você tem que ter outros meios mais sutis de dominação e a mídia cumpre bem essa função.

SATURNINO: Permita-me lembrar um momento político que eu vivi, que foi a passagem dos governos militares de Castello e Costa e Silva, quando a mídia os apoiava inquestionavelmente, para o governo Geisel, quando a mídia começou a fazer certas críticas, a colocar subterfúgios e algum despreço. Em seguida vieram os americanos com a política de direitos humanos, o Jimmy Carter veio aqui e o Geisel ficou danado. E teve a eleição de 1974 que refletiu isso. Eu fui eleito senador em 1974 dentro de uma vitória nacional e arrasadora do MDB; em 1970, quatro anos antes, a Arena arrasou; em 1974, no governo Geisel, foi a vez do MDB.

Com o Carter, eu acho que a mídia não queria ficar mal com aqueles de quem eles dependem. Acho que essa é a questão principal. Eu vou contar um episódio com um elemento de vaidade, mas será ilustrativo. Em 2009, um editor da revista americana *Foreign Policy* escreveu um artigo chamado *The World's Best Foreign Minister*. Depois eu até o procurei. Mas na época não o conhecia. Ele tinha acompanhado alguma coisa que eu tinha feito sobre a OMC, América do Sul, Venezuela e aí coincidiu que o Brasil ganhou o direito de fazer as Olimpíadas e então ele escreveu este artigo. Um jornalista do Estado de São Paulo pediu uma entrevista comigo logo depois. Foi uma boa entrevista, grande, sobre vários aspectos, já que estávamos ficando envolvidos na questão do Irã. No final ele me fez uma pergunta que deveria estar na pauta dele. “A que o senhor atribui o fato de ter sido escolhido pela revista *Foreign Policy* como melhor ministro do mundo?” Eu disse: “É que eles estão mal informados, eles não leem o Estado de São Paulo.” Isso eu conto no meu livro, mas eles não publicaram.

INGRID: Nós entendemos quando você diz que “o Brasil tem capacidade”, mas existem certamente questões da ação internacional que devem ser levadas em conta, particularmente a diplomacia presidencial que foi muito importante no período do governo Lula. O que você percebe que teve na construção desse projeto diplomático que foi tão relevante que conseguiu ampliar o Mercosul, criar a Unasul, criar os BRICS. Qual o destaque da capacidade de articulação da diplomacia presidencial do governo Lula, que faz com que se entenda por que a população conhece mais política externa hoje do que jamais? O que houve além do papel do Estado, que você sintetizou muito bem?

Se você me permitir ser imodesto nessa questão... eu quero dizer que a força veio do Lula, não tenho a menor dúvida. A força, a atração que o Brasil criou, tudo isso veio do Lula. Ele deu sorte e foi inteligente, eu acho, de escolher um ministro que conhecia e pensava como ele, que conhecia os meandros da diplomacia e que tinha já visto o enorme potencial que o Brasil possuía. Então, juntos, nós pudemos elevar esse potencial ao máximo. Uma vez o Marco Aurélio Garcia, sobre o Irã, falou uma coisa muito elogiosa, que a força política veio do Lula, mas a ourivesaria foi do Itamaraty, do Amorim.

O Itamaraty tem gente de primeira categoria, uma ótima equipe, mas que precisa ter liderança, chefia e tem que ter um objetivo definido, claro que muitos dos objetivos foram sendo definidos na medida em que os fatos ocorriam.

Por que eu falei política externa ativa e ativa? Para dar um exemplo, em 2002, quando fui nomeado eu não imaginava que ia ter BRICS. Já tinha o acrônimo, mas não imaginávamos que chegaríamos ao ponto de poder coordenar os países e fazer um grupo real. Uma vez eu encontrei o Jim O’Neill, o economista que inventou o acrônimo, que era BRIC, não tinha a África do Sul, cuja presença acho que ajuda a dar legitimidade. Eu falei para ele: “Jim, você que inventou os BRICs, né?” Ele disse: “Sim, fui eu”. E eu disse: “Mas fui eu que fiz!” (risos)

Era uma realidade potencial, mas não era uma realidade em ato, para ser aristotélico. Então, eu acho que o Lula nos permitiu desenvolver todo o potencial, que, tendo sido embaixador na ONU, em Genebra duas vezes, embaixador em Londres, ministro do Itamar e outros postos, eu percebia que existia, mas que a gente não conseguia concretizar. O que acontecia, mesmo no governo Fernando Henrique, que também praticou a diplomacia presidencial. Aliás, o primeiro livro que existe a respeito disso é sobre o governo Fernando Henrique. Mas tinha aquela coisa do Brasil não poder fazer.

Volta e meia voltava a questão: quem decidia a grande política do Brasil era o Fernando Henrique com o Malan. O problema era não afetar os objetivos político-econômicos. Eu era embaixador em Genebra e tinha apoio do ministro Celso Lafer, mas quando vinha uma pressão, ele recuava. Uma coisa positiva, por exemplo, foi a declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública, talvez uma das coisas mais importantes que nos permitiu ter uma política de genéricos e até hoje manter. Eu me lembro de receber apoio do José Serra. Esse mérito o Serra tinha, não cedia facilmente à pressão. Era mais nacionalista, por isso foi retirado do Planejamento e mandado para Saúde. Então, eu cheguei a receber indiretamente, por assessores, nesse tema de TRIPS, que nós estávamos tentando mudar um pouco, a mensagem de que eu até poderia seguir por essa linha, mas não deveria aparecer nas fotos com a Índia. Eu estranhei. Pensei: o que a Índia tinha a ver? Era um governo liberal, mas era mais protecionista, tinha lei de investimentos. A principal coisa que conseguimos como positivo da rodada de Doha foi a Declaração sobre TRIPS e Saúde Pública, porque tive esse apoio setorial.

SATURNINO: Houve, já em período recente, um novo conflito com a questão da internet relacionado aos EUA.

Sim. Quando eu fui Ministro da Defesa estive mais envolvido. A nossa preocupação principal era desenvolver o *software* nacional. Aproveitar esses grandes eventos tipo Copa do Mundo para contribuir com a empresa nacional de *software*, etc. Claro que já tínhamos um grande setor de computação, mas sempre há áreas novas que você tem condição de manter o mínimo de autonomia. Ciente, claro, que não há defesa absoluta. O próprio Leon Panetta, Secretário de Defesa do Obama, dizia que os EUA podiam sofrer um ataque cibernético maior e não teriam como resistir. Por exemplo, uma das coisas que a presidenta Dilma aprovou, foi que o uso das comunicações internas fosse de *software* do Serpro, Serviço Federal de Processamento de Dados. Pelo que eu sei, nunca chegou a ser implementado totalmente, porque, claro, leva tempo, mas acho que isso agora não é nem mais norma, foi abandonado. Eu li outro dia que nós lançamos um satélite (que é francês, com aprendizado brasileiro), mas tem também a interpretação de dados do satélite e outras fontes que também já tínhamos. Eu li que isso vai ser agora fonte de licitação internacional. Uma coisa que não sei se é verdade, ouvi que teria uma reação da aeronáutica, não sei como se resolveu, mas a ideia é totalmente absurda, como se desabilitam instrumentos básicos da soberania.

CARMEM: E o Obama espionou o Brasil e as empresas brasileiras?

É a tal história, não sei se é frase do Millôr Fernandes, da época da ditadura: o fato de eu ser paranoico, não quer dizer que não esteja sendo perseguido (risos). Então, o fato de a gente não acreditar em teorias conspiratórias, não quer dizer que algumas delas não possam ser verdadeiras. Sobretudo, quando você começa a ver muitas coincidências.

O que aconteceu com a energia nuclear, o petróleo, o pré-sal, provavelmente mais importante do que tudo, muita coincidência. Meu pai no alto de sua sabedoria, aos 98 anos, ele faleceu com 102, disse: “Vocês estão cutucando a onça com vara curta!” Eu na época achava que não. Sempre quisemos ter uma posição independente, fazer a integração sul-americana. Quando poderíamos pensar na Unasul – União de Nações Sul-Americanas? Nunca. Em uma reunião de todos os países latino-americanos sem uma tutela externa? Nunca. Quando que o Brasil teve uma política de ter uma aliança ou pelo menos um grupo com grandes países em desenvolvimento? Política simultânea do país e da região para África e países árabes, fizemos a primeira cúpula da América do Sul com os países árabes, por exemplo. Naquele momento, veio a Condoleezza Rice, secretária de Estado norte-americana, perguntar se não poderiam assistir como observador. Eu disse que era uma reunião só nossa. A imprensa insistiu se não iríamos convidar os EUA como observador. Eu disse que poderiam observar, sem problema, que era uma reunião pública, bastaria ligar a televisão e assistir.

Sobre a energia nuclear, o Brasil é o único país, não nuclearmente armado, que projeta ter um submarino de propulsão nuclear. De repente tudo foi criminalizado. Eu acho que as pessoas que cometeram crimes têm que ser punidas, agora, foi tudo feito de uma maneira tal e de uma forma tal que todos os instrumentos importantes para a afirmação do Brasil como país independente foram destruídos em seis meses. Esse é o ponto. Todos.

Qual é o pivô? Qual é o motivo? Por que tudo ao mesmo tempo? As grandes empresas brasileiras já não existem. Porque as grandes, que são grandes mesmo, já competem internacionalmente. O BNDES com a linha de créditos externos criminalizada é uma coisa inacreditável. Não é nada abstrato. Quando saiu a questão do Snowden ou do Wikileaks, eu estava no Ministério da Defesa, saiu a questão de espionagem e de grampo no Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty. Por quê? Era uma disputa comercial, só? Acho que é mais complexo e está ligado ao crescimento da presença brasileira. Depois dessas denúncias todas, você imagina um embaixador em Moçambique ou Zâmbia e chega a Odebrecht, a Vale, ele vai ajudar? Não tem nada a

ver como é feito o negócio. Como, aliás, eu nunca vi os EUA saírem atrás das empresas deles, que, claro, não são santas. Eles agem, mas, em geral, discretamente, internamente - estou dando um crédito - mas não fazem essa destruição geral.

No Brasil, se tivermos outro governo progressista, como esperamos, vai levar muito tempo para conseguir reverter. Muito tempo. Veja, se eu fosse presidente da República Dominicana e aparecesse uma empresa brasileira qualquer. Temos o apoio do BNDES. Ele vai recusar, vai pensar que vai sair na imprensa que eu levei propina, independente se eu levar ou não, já estou na mídia. Como aconteceu com o Peru, aconteceu com o Santos na Colômbia, como aconteceu com a República Dominicana. Agora, você pegar os seus dados todos e dar para o Departamento de Justiça americano para fazer a investigação deles. Quando eles fizeram isso com qualquer outra empresa norte-americana: “Brasil, vê se vocês não têm aí alguma coisa contra tal empresa.”

SATURNINO: O governo brasileiro tem uma relação com os EUA em que isso é uma realidade, mas é uma realidade que não é explicitada. Todo mundo finge que não é nada, é apenas uma relação, quando há uma relação de fato.

Lá tem um governo oculto também, isso já foi dito várias vezes. Eu não sei se o Obama em si deu uma ordem para espiar a Dilma, eu creio que não, não precisa. Agora, eu já falei isso para o Lula, que quando o Obama chegou para o Lula, lá na reunião do G20 e disse: “Esse é o cara”, outros podem não ter registrado, mas a NSA registrou. É mais ou menos como o beijo do Judas, *Ecce homo*. É desse que vocês têm que ir atrás. Claro que ele pode não ter dito com essa intenção, mas é isso que foi captado. O país que está tendo uma política externa independente, que faz um acordo com o Irã sem pedir licença, que vai na OMC e estraga, segundo eles, o acordo que eles tinham pré-desenhado com a União Europeia, quebra o monopólio do petróleo, cria os BRICS e seu banco. Tudo isso junto.

Eu preciso fazer justiça à Dilma. Eu acho que a política externa na época da Dilma sofreu um pouco. Indiscutivelmente, ela tinha menos interesse, os orçamentos caíram e isso se reflete nas ações. A tal história do violino, se bem tocado é bem tocado. Agora ela certamente manteve a altivez, acho que caiu na atividade, não muito, mas a altivez ela manteve. Ela cancelou a viagem aos EUA no momento correto, mesmo sabendo que ia enfrentar a mídia brasileira, e criou o Banco dos BRICS, dois exemplos que para mim são suficientes.

INGRID: Ela reduziu a atividade mais em relação à América do Sul, mas em relação aos BRICS ela deu um impulso, correto?

Aos BRICS ela continuou dando. Não mudou muito na realidade. Na minha área de defesa, por exemplo, optou pelos caças da Suécia, que é um país que não é da OTAN e que transfere tecnologia. O Conselho de Defesa Sul-Americano que já existia, mas foi consideravelmente reforçado. Eu não sei como está agora. Criamos a Escola Sul-Americana de Defesa. A única instituição de educação e pesquisa era o Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, que até hoje atrai, porque é difícil você acabar com as coisas de uma vez e, claro, não teria que acabar tola. Algumas coisas que temos que aprender em termos de gênero, raça, essas coisas podemos aperfeiçoar com eles, já a doutrina que foi criada lá não tem nenhum cabimento.

SATURNINO: Eu me lembro na eleição de 1974, quando eu me elegi senador pelo Rio, Itamar em Minas e o Quércio em São Paulo, logo os três foram convidados para uma viagem de um mês nos EUA com companhia, fazendo o roteiro que quisesse. Eles têm isso. Eles tratam de convidar a elite. Todos os chefes militares e que se destacam são convidados para lá.

Continuam a ser, mas com moderação. Logo depois do episódio da espionagem tive que dizer aos comandantes militares que uns dois convites não seriam aceitos. Eles me respeitaram e não foram.

SATURNINO: Em termos de doutrina, no seu contato com a Defesa, os órgãos de segurança militares brasileiros têm essa visão crítica ou continuam com a questão do comunismo?

Não podem mais pensar nessa questão. Mas o pensamento da direita foi muito hábil para associar os problemas com movimentos sem-terra, por exemplo, pois eles têm que ter alguém como meta. Militar existe para lutar contra. Podem construir ou participar de atividades contribuindo para questões brasileiras, mas não é a meta deles. É um erro querer puxar os militares politicamente, pois é muito complicado.

Nossa geração sabe bem disso, falávamos de militares nacionalistas, mas na hora H foram todos mandados embora. Eu acho que eles apreciam mesmo é quando se privilegia a vocação natural deles, que é direcionada para a defesa da pátria, do País. Eles compreendem isso bem. Eu senti muito boa a cooperação na Zona de Paz e Coopera-

ção do Atlântico Sul. Os militares participaram com boa vontade, fizemos a primeira atividade para valer, operacional de vigilância marítima, feita na Bahia. A ideia em si é mais antiga. Então, as manobras IBSAMAR, modestas, mas é começo de um entendimento. Da integração sul-americana eles participaram muito ativamente no Conselho de Defesa, mas na hora H de ir para o exterior, o destino é Washington, e é difícil de cortar, por que no fim esse é um benefício que eles têm. É um prêmio quase. Então, criar a Escola Sul-Americana de Defesa com sede no Equador foi muito importante. Se isso não tem continuidade, esse é que é o problema.

SATURNINO: E esta relação do Brasil, África do Sul e Índia, dentro dos BRICS. Há, aparentemente mais afinidades?

Essa é outra história que está no livro *Breves Narrativas Diplomáticas*, quando eu conto sobre a criação do IBAS. Eu na realidade no início não pensava em BRICs. Mas na época do governo Itamar Franco, tive a honra de viajar à África do Sul para a posse do Mandela, pois o Itamar não viajava. Fui depois à Índia para uma reunião do G15. No governo Lula eu fui várias vezes à Índia. Eu fiquei com a ideia de que haveria ali uma construção, eram três democracias, países multirraciais e multiculturais e cada um em um continente do mundo em desenvolvimento. Então, no segundo dia do governo, a ministra Nkosazana Zuma foi me ver. Ela depois se tornou presidente da União Africana, a primeira mulher do Zuma (Jacob Zuma). Ela queria criar um grupo um pouco menor, sete ou oito países. Eu falei para a Nkosazana para fazermos uma coisa mais simples, de três países. No G15 não conseguia aprovar projeto nenhum. Três países e ela topou. Ela iria à Índia e perguntou se poderia falar com o ministro indiano. Acertamos em junho, quando o ministro indiano veio ao Brasil para a criação do IBAS. Nós passamos dois anos ou mais sendo cortejados pelos russos e pelos chineses, que queriam entrar para o IBAS. É claro que todos tínhamos o desejo de ter uma melhor relação com a China ou com a Rússia, inclusive o Igor Ivanov falava espanhol, mas eu dizia que queria manter essa personalidade do IBAS - chamávamos de G3 - e que poderíamos fazer o G3+1 ou G3+2. Eles perceberam também esse lado de que éramos países democráticos e tínhamos uma capacidade de ação que eles não tinham, nem têm. Eles nos cortejavam até que, em 2006, o chanceler russo o Serguey Lavrov, que tinha sido meu colega na ONU, virou ministro, e me procurou na ONU, e disse que queria fazer uma reunião à margem da Assembleia Geral. Eu achei uma

boa ideia: a multipolaridade é isso, quanto mais você pode jogar com os grupos, melhor. Então, disse que faríamos uma reunião dos BRICS. Ele me perguntou por que eu dizia assim (BRICS e não BRIC), e eu disse que era o plural. Não era a África do Sul naquele momento. No final acabou sendo, alguns anos mais tarde, 2010, a África do Sul participou da reunião e fizemos juntos IBAS e BRICS, em Brasília. Eu achava que o IBAS tinha que manter a personalidade. Para essas coisas a Dilma era menos sensível. Os BRICS eram uma realidade muito concreta, ela era da parte econômica, percebia isso com muita força. E de fato os BRICS eram muito mais importantes para algumas coisas, como

a reforma do sistema de cotas do Banco Mundial, reforma do sistema de cotas do FMI. Para questões do G20 o IBAS não tem peso, mas os BRICS têm. Porque tem a força da China e da Rússia e o *soft power* dos outros. Uma vez o Medvedev disse para o Lula e para mim que não tinha ilusões, que a Rússia estava no G8 por causa da bomba atômica. Tinha um lado simpático do IBAS que infelizmente não continuou. Nós tínhamos reunião de ministros e cúpulas de presidentes todos os anos, desde 2005 ou 2006 até 2010. Isso meio que se perdeu e é uma pena porque o IBAS tem um *soft power* que os BRICS não têm e tem uma capacidade de mediação diferente.

Nós passamos dois anos ou mais sendo cortejados pelos russos e pelos chineses, que queriam entrar para o Ibas. [...] Eles perceberam também esse lado de que éramos países democráticos e tínhamos uma capacidade de ação que eles não tinham, nem têm.

INGRID: Chegando ao final, conta um pouco da sua parceira com uma pessoa que é muito querida, o atual presidente do Conselho Deliberativo do Centro Celso Furtado, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Nós somos amigos há muitos anos. O Samuel era um ano na minha frente no Instituto Rio Branco, gostava de organizar grupos de estudos e sempre foi muito severo nos

grupos, cobrava se você tinha lido o livro ou não. Eu era um pouco indisciplinado. Depois continuamos mantendo uma relação. O primeiro trabalho mais interessante que tive no Itamaraty foi na gestão Magalhães Pinto, em um breve período do Governo Costa e Silva antes do AI-5. Foi uma tentativa incipiente de reviver a PEI. O Samuel trabalhava com Paulo Nogueira Batista, secretário de planejamento político, e me convidou para trabalhar com eles. Depois trabalhamos nós dois na assessoria de planejamento do Silveira. Também coincidiu na época que havia algo de positivo a fazer.

Quando fui presidente da Embrafilme, eu convidei o Samuel para ser o diretor administrativo e financeiro. Logo que eu cheguei à Embrafilme vi que era uma coisa muito boa, mas também muito complicada. Havia um candidato que se apresentou como candidatado do Golbery (isso era governo Figueiredo). Eu cheguei para o Eduardo Portela, que era o Ministro da Educação, um homem liberal, mesmo com um pensamento conservador, mas bem liberal em termos de democracia e liberdade de expressão. Eu falei com ele que o problema era que eu precisava nomear alguém de confiança para diretor administrativo, porque senão era melhor ele me nomear como diretor administrativo e deixar outra pessoa qualquer ser presidente. Não poderia fazer as atividades sem poder confiar. Ele disse para eu nomear quem eu quisesse. Eu nomeei o Samuel. Continuamos a amizade, sempre com muito boa relação. Samuel teve papel fundamental nos primórdios com a integração com a Argentina, no governo Sarney. Um papel de grande importância, muito maior que o meu, que nessa época estava no Ministério da Ciência e Tecnologia. Até que no governo Lula, eu não conhecia o Lula...

MARCOS: Como ocorreu sua aproximação com o Lula?

Que eu saiba, eu não recebi nenhuma indicação direta do PT. Eu não sei. Eu não conhecia outras pessoas do PT fora o Marco Aurélio Garcia. O Luiz Dulci disse em outras ocasiões, contudo, que eu não conhecia o PT, mas o PT me conhecia. Muito lisonjeiro, mas não sei. A Marina Silva me disse quando fomos assumir como ministros que me viu uma vez em Nova York e pensava que se um dia o partido chegasse ao poder, como estava chegando, que eu deveria ser o ministro das relações exteriores. E, para falar francamente, eu nunca tinha conversado com o Lula, só o vi uma vez na embaixada da Alemanha Oriental (veja quanto tempo!) quando eu trabalhava no ministério da Ciência e Tecnologia ou no departamento cultural do MRE e ele foi lá a um evento antes da eleição. Não me lembro de ter falado com ele e nunca mais o vi pessoalmente.

Acho que o Lula tomou apenas uma decisão, ele queria uma pessoa de Estado. Pensou que deveria ser um diplomata. Não queria fazer uma coisa partidária. Tiveram algumas indicações, eu soube por outras pessoas. Entrevistou duas outras pessoas. Começaram a falar no meu nome, não sei como. Até uma história que contam que o próprio Serra disse que eu teria sido Ministro dele. Não sei. Uma moça estava num coquetel e avisou minha esposa que saiu de um coquetel no qual disseram que eu seria ministro do Serra, e chegou ao outro onde disseram que eu seria ministro do Lula. (risos) O fato é que ele entrevistou algumas pessoas e não sei o que teria convencido que eu seria o mais indicado dos três. Uma coisa que escreveu o Matias Spektor, pode ter de fato acontecido. O Matias diz que Lula teria contado que eu fui o único que discordou de uma coisa que ele disse. Não sei se discordei de fato. Ele tinha me perguntado sobre a ideia de tirar a parte de comércio exterior do Itamaraty e colocar em uma secretaria na presidência. Eu disse que era totalmente contra, a capacidade estava toda no Itamaraty. Talvez pela indicação positiva de Marco Aurélio, que era a única pessoa da cúpula do PT que eu conhecia bem. E ele próprio seria o candidato natural. E o Samuel também certamente agradaria. No final da segunda conversa que eu tive com o Presidente Lula, eu disse que no Itamaraty tinha um cargo muito importante, o de Secretário Geral, que era mais importante que os secretários executivos dos outros ministérios, pois o Ministro do Exterior viaja muito. E ele me disse com essas palavras: “coloque uma pessoa que seja honesta e da sua confiança”. Eu disse que indicaria o Samuel Pinheiro Guimarães. Até havia outra pessoa na sala que disse: “O rapaz da ALCA!”. Foi assim, sem outras questões. E olha que teve gente do PT, que chegou a reear o nome do Samuel, pois estavam preocupados em ter uma boa relação com os EUA.

CARMEM: Temos muito a agradecer ao Embaixador pela disponibilidade. Não falamos das perspectivas e do mundo em crise.

Eu agradeço. A questão é que o Brasil é um país muito importante. Agora estamos vivendo um momento muito ruim, talvez como vivemos nos governos militares, internacionalmente também. Quem sabe em um segundo capítulo.